

A identidade brasileira: contribuições na obra de Florestan Fernandes

Juliano Dias Guimarães

juliano.guimaraes@estudante.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Sabe-se que o século XX foi de fundamental importância para a constituição do Brasil como Estado-nação, perante sua posição no capitalismo global e sua constituição enquanto nação soberana. Vários foram os esforços de forjar uma ideia de brasilidade que se alinhasse a seu papel produtivo, mas não só, considerando seus principais signos culturais e suas principais maneiras de organização social pós-colonial. Nesse intuito, o trabalho de Florestan Fernandes surge como um mapa fisiológico dessa costura identitária alinhada à função econômica lograda pelas economias de capital periférico na América do Sul. Especificamente, suas obras de maior fôlego, *A Revolução Burguesa no Brasil* (2020) e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2008), revelam um Brasil que não se desfez das lógicas coloniais/escravagistas para sua integração na modernidade, gerando uma ideia dialética de modernização pelo atraso. Logo, importa destacar a maneira pela qual Florestan construiu seu arcabouço teórico, distando das tradicionais sínteses folcloristas que pululavam nas décadas de 20-30, preferindo pela apreensão das lógicas materiais que lançaram correspondência na forja da mentalidade do povo brasileiro. Assim, o presente trabalho se propõe a realizar uma breve revisão das obras referidas a fim de encontrar os sentidos presentes na constituição de uma suposta “brasilidade”, possuindo como norte a busca por lógicas sociais que colaboraram na constituição identitária/cultural do indivíduo social brasileiro.

Palavras-chave: Brasilidade; Cultura; Identidade nacional; Florestan Fernandes; Pensamento social brasileiro.

Introdução

O presente artigo propõe uma breve revisão de alguns pontos significativos de duas obras fundantes de Florestan Fernandes: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* e *A Revolução Burguesa*. Diante disso, pretende-se percorrer a trajetória de Florestan perante outros autores da tradição sociológica que empreenderam tentativas de “interpretar” e configurar uma identidade e origem do indivíduo social brasileiro.

Essa trajetória se configurou por um misto de investidas científicas de diferentes frentes: antropológicas, etnológicas, econômicas e sociológicas. Nenhum desses campos se esgotou nas tentativas de construir um arcabouço consistente e amplo das variadas formas de entender o Brasil. Na verdade, não existiu um único meio de construção dessa veia estrutural identitária do Estado. Dessa forma, pretendemos demonstrar como Florestan Fernandes elencou parâmetros estruturais dentro de todas as searas do pensamento social, que outrora havia sido fragmentada e subserviente a outros campos – além da própria construção de uma ideia do indivíduo brasileiro pelas classes dominantes.

O texto, por ora, não pretende aprofundar em conceitos específicos, mas sim, ampliar a lente de identificação de princípios fundantes da sociedade dentro da teoria sociológica de Fernandes.

Ensaístas e a identidade brasileira

As discussões que rondam a identidade nacional partem, geralmente, de uma assimilação comum: a constituição de um Estado-nação. É nesse sentido que Hall (2003) pontuará que a identidade cultural de uma nação se forja mediante três parâmetros: história, linguagem e literatura. Em retrospecto, vários autores se lançaram na esteira da interpretação do Brasil por meio de sua identidade e seu desenrolar político-cultural – reconstituindo sua história desde os anos coloniais até a incipiente república. Afinal, essa sina percorreria grande parte do esforço intelectual brasileiro, sempre tentando concatenar os dilemas sociais com o processo de “surgimento” do povo. Essa caminhada, dada as particularidades da colonização brasileira, seria assimilada a partir de uma intersecção que estabelece um ponto de contato entre várias dessas teorias, independente das correntes de pensamento e/ou afiliações ideológicas: a esteira da modernização brasileira se forjou a partir de um vínculo intrínseco com a manutenção do atraso. Ou seja, à medida que diversas rupturas políticas ocorreram, Independência e Proclamação da República como exemplos chave, a estrutura civil da sociedade optou, constantemente, por arranjos arraigados no passado e na estrutura colonial “fundante”.

Diante disso, no campo dos intérpretes, algumas obras alcançaram um nível de prestígio e ineditismo, sendo paulatinamente postas como cânones desse labor interpretativo da vida no Brasil. Figuram como exemplo: *Casa Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* entre outras que desde o século XX se pautaram por discutir a tal “formação” do território nacional em meio aos processos sociais aqui decorridos – conduzindo equiparações sociológicas, culturais e econômicas em torno da identidade brasileira.

Nos atendo ao movimento que essas figuras realizavam, é razoável afirmar que grande parte deles eram ensaios. Tal como define Botelho (2010), os ensaístas não compunham um movimento organizado de ideias e interpretações formalmente regradas, senão, se dispunham num campo particular. Acrescia-se a tal dinâmica a formalização da própria classe a qual esses escritores pertenciam, o enrijecimento das tecnologias e mercado que os estruturavam, além do crescimento cada vez maior das universidades brasileiras. Retomando Hall, é possível entender que o crivo pelo qual os intelectuais retomavam a brasilidade intercalava-se com a trinca de história, linguagem e literatura, contudo, Botelho dá luz a um outro parâmetro que viria intercalar tais categorias e expelir muita das más resoluções do horizonte formativo do “povo”: a questão “social”. Portanto, para esses autores, a categoria analítica sintetizada no problema “social” seria uma âncora para a investigação da socialização e formação do Brasil.

Ademais, para além de uma busca constante de motivações sociais, existia uma busca por unidade. Tal unidade advinha de um significante simbólico: uma mistura de cultura e práticas sociais. Logo, as armações teóricas desses autores mesclavam-se ora com folclorismo, ora com etnologia, ora com economia, tudo para dar conta das bases sociais que serviram de propulsão para a emancipação do Brasil enquanto nação independente e para o delineamento de seu *ethos*. É nessa tomada que se encontram alguns conectivos chave que assimilam a lente social de comportamentos e padrões simbólicos da sociedade, fosse pela cordialidade de Sérgio Buarque, pela mestiçagem de Gilberto Freyre ou pela força colonizadora de Oliveira Viana.

Arantes (1992) ressalta que, mediante os sistemas hierárquicos impostos pela dominação dos países de capital central na dinâmica de colonizados *versus* colônia, os países latinos são lançados a retomarem constantemente uma leitura de sua própria constituição. O autor denomina que os países de capital periférico possuem uma certa “obsessão” com essa autointerpretação, se preocupando constantemente em identificar e ordenar sua identidade nacional. Da mesma maneira, Guerreiro Ramos, um desses célebres intérpretes, entendia que esse processo de análise interna das condições sócio-materiais nada mais era que um processo de historização social, ou seja, era uma parte importante de um processo de tomada de consciência crítica mediante o estado geral das coisas e, sobretudo, a subserviência operante da colônia nas mais variadas instâncias (Ramos, 2022). Por isso, é importante não deixar de citar, inicialmente, que essa busca foi constantemente marcada por um assentamento de poder interno.

Os ensaístas, então, entediam que a existência de forças de dominação e hierarquização social faziam com que existisse uma dinâmica de distribuição de poder na formação da sociedade. Desta forma, as disputas desdobravam-se no campo prático das dinâmicas territoriais. Afinal, como acentuado por Miceli (2001), os próprios diagnósticos dos intelectuais não estavam livres de impressões ditadas por seus *habitus* – esse que, como bem identificado pelo autor, refletia uma operação do posicionamento de suas classes. Dessa forma, a identidade brasileira era legitimada dentro de um circuito excludente e próprio dessa intelectualidade, uma vez que suas impressões e diagnósticos sobrepunham-se a muitas outras demandas e problemas sociais, os quais passavam despercebidos. Assim, a identidade se construía diante de uma disputa central dos grupos de interesse.

Netto (2007) afirma que a construção de um Estado-Nação passa necessariamente pela premissa da manutenção do poder por vias da dominação. Em termos weberianos, a violência seria a forma pela qual essa dominação se consolidaria e, nessa trinca, a dominação estatal, pela elite, consolidaria um processo de hierarquização social. Então, é nessa chave que optaremos por dar luz a um sociólogo que operou com todas essas variantes da formação territorial do Brasil, dando conta de suas desigualdades e particularidades, mas, não somente, compondo tais fatores com outros cenários possíveis de ação prática que não a reincidência do posicionamento, por vezes acrítico, da elite. Florestan Fernandes, sinaliza que a dominação das elites sociais se dá de maneira organizada e vinculada à ação prática do estabelecimento de uma ordem conectada ao capital externo. De acordo com o autor, somente a nação organizada dessa forma “poderia dar suporte material, social e moral à existência e à continuidade de um Estado independente” (Fernandes, 2020, p.76).

O que viria a se revelar mais a frente seriam as condições pelas quais tais instrumentos teriam de se materializar, pois, para uma identidade se firmar, seria necessário a construção constante de uma legitimidade. Nesse sentido, o caminhar da sociedade brasileira, sempre atrelado ao devir da subserviência produtiva da colônia, implicava em ajustar esses pontos com medidas que os associassem aos comportamentos e dispositivos psíquicos logrados do processo colonizador. Dessa forma, desdobraremos um pouco do esforço de duas obras de Fernandes que dispuseram no campo dos ensaios, e das interpretações, uma forma particular e estrutural de entendimento dessa construção nacional em todas suas esferas: política, cultural e econômica.

Florestan Fernandes

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920 na cidade de São Paulo, foi um dos principais sociólogos do Brasil e do mundo, sendo reconhecido por lei como patrono da sociologia

brasileira. Florestan se formou na USP em 1945, compondo uma das primeiras turmas de sociologia da instituição. Sua carreira como pesquisador e professor começou cedo, uma vez que, logo após sua formatura, seu mestre e professor, Roger Bastide, o ofereceu uma oportunidade como seu assistente.

Em retrospecto, a trajetória de Fernandes chama atenção por uma particularidade: diferente de grande parte da rede de intelectuais que se formaram nesse período no país, notadamente herdeiros diretos e indiretos das classes dominantes (Miceli, 2001), o autor possuiu uma origem muito humilde. Filho de uma empregada portuguesa, ele contou com o auxílio e amparo da patroa de sua mãe para realizar seus estudos primários no contraturno, pois, em grande parte de sua formação básica e superior, ele tinha de trabalhar em empregos diversos, como engraxate, biscateiro, garçom etc.

Freitag (2005) particulariza o caso de Florestan em meio aos demais intelectuais da ordem brasileira que, segunda ela, performaram uma agência de desprendimento de suas classes para exercer uma análise mais “objetiva” da sociedade. Em verdade, Florestan não instrumentaliza, propriamente, sua origem humilde, mas sim, a recondiciona como lente analítica, buscando ressignificar os signos da sociedade – esta que, para Freitag, na visão de Fernandes, se diz democrática, mas acumula privilégios históricos para minorias tradicionalmente beneficiadas, reforçando a cristalização de injustiças e a concentração de renda (Idem, 2005).

O autor, então, viveu uma espécie de simbiose de sua vida com o exercício de sua profissão, colocando de lado a máxima sociológica da “neutralidade científica”. Freitag divide sua trajetória em três etapas distintas que bem sintetizam os processos vividos pelo autor em meio ao devir de sua ação como sociólogo. A fase “reformadora”, sintonizada com os anos iniciais dele na academia, abarcou suas primeiras produções na década de 60 até 1968, ano que, com o decreto do AI-5, o sociólogo se viu obrigado a se exilar no exterior. Esse período é caracterizado por sua ampla produção na seara sociológica, adotando um léxico amplo de categorias teóricas das mais variadas correntes, não filiando-se a nenhuma. Para a autora, esse momento pode ser considerado como a fase dos “dilemas”, categoria que muito se aproxima ao que citamos anteriormente como “social”. Deste modo, é nessa fase que a obra de Florestan estará preocupada em esmiuçar estruturalmente os problemas sociais do Brasil, categorizando-os em algumas esferas, como por exemplo o dilema do negro (*A integração do negro na sociedade de classes*), o dilema da educação (*Educação e sociedade no Brasil*) e o dilema social (*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*). Evidente que essas categorias não se subtraem, contudo, indicam um período em que o autor esteve comprometido em esboçar uma teoria sociológica centrada nos diagnósticos estruturais da sociedade brasileira.

A segunda fase seria o período “político-revolucionário”, época em que o autor retorna ao Brasil, já na década de 70, e direciona sua produção para uma ação mais contundente, ou seja, é onde existe um marco de ruptura com sua fase anterior e sua teoria se torna mais militante, se aproximando do marxismo e implicando em sua teoria uma tônica reformista e revolucionária. Não à toa, uma das obras de maior expressão desse período (consequentemente de sua carreira) é o prestigiado *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica* de 1975. As terminologias se tornam mais afiadas, se utilizando de “modo de produção capitalista”, “imperialismo” e “relações de produção”. É o momento em que Florestan se dá conta de que para haver uma reorganização estrutural da sociedade civil, não seria apenas necessário reordenar os parâmetros educacionais, mas também, necessitaria de uma mudança de paradigma social apostando na revolução.

Por último, a terceira fase do autor seria aquela que a pesquisadora (e orientanda de Freitag), Eliane Veras (1997), denominou como “militante solitário”. Em síntese, essa foi a época em que Florestan se

elegeu como deputado federal pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e participou ativamente da reconstrução democrática do país, bem como na feitura da constituição de 1988. Nesse período, Freitag reitera que Fernandes passou por uma reciclagem de seus referenciais teóricos, não pendendo para o positivismo dos anos iniciais, tampouco para o marxismo, restando ao intelectual a ação política como canalização de sua vontade para/com o rearranjo da sociedade. Florestan, diante dessa postura, empreendeu uma recusa a constante burocratização e elitização do meio acadêmico, bem como o idealismo presente na recondução das políticas públicas para a educação, e apostou na via política.

Tendo por objetivo reconduzir a trajetória intelectual do pensador para o âmbito das discussões em torno da identidade nacional, infere-se que sua obra, ampla, sofisticada e vasta, forneceu indicativos heurísticos (como o próprio coloca) de como a sociedade brasileira imprimiu em sua cultura traços marcadamente heteronômicos em relação a postura das elites perante a colônia portuguesa, somatizado ao imobilismo prensado nas camadas burguesas que aqui se forjaram no antro da modernização. Nas próximas sessões, destacaremos duas obras e seus contributos para a apreensão da questão nacional do Brasil por via de seus dilemas.

A integração do negro na sociedade de classes (1966)

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1966, Florestan se prestou a ordenar a problemática da inserção do negro na sociedade brasileira em variados sentidos, ressaltando, sobretudo, a centralidade do racismo como prática necessária da ascensão econômica do país no período pós-abolicionista.

Frente o dilema racial, Florestan colocou uma ótica oposta a muitas das que vinham na trajetória de diagnosticar o Brasil como um país de fundamentação étnica mestiça – o famigerado mito das três raças¹. A mestiçagem foi, por anos a fio, um dos pilares de sustentação das interpretações dos ensaístas brasileiros. De certa maneira, costumeiramente, era considerado uma conjunção harmônica na relação nativo x branco x preto, o que inviabilizava conflitos e tensões presentes em suas convivências no plano prático e simbólico. O autor, então, apresenta uma virada de chave, enxergando as tensões que existiam por debaixo das relações raciais no território brasileiro e, principalmente, identificando nelas um dos elementos estruturais na composição da identidade brasileira na modernização.

No livro, o autor vai mostrar como se deu o processo de absorção do negro na sociedade pós-escravagista do século XX. Para tanto, seu principal argumento é de que não houve um reposicionamento ou recondicionamento desse povo para a integração do capitalismo moderno liberal, o que os alçou a condições precárias de integração ao mundo do trabalho – por vezes, até mesmo análogas ao que desenvolviam enquanto escravizados. Vide a dominação burguesa, acresce-se que o poder público e os círculos politicamente ativos se mantiveram distantes de toda essa discussão, conduzidos pela noção vaga do liberalismo que vinha sendo impressa nesse emergente estrato burguês. Tal formação da sociedade civil mascarava as relações raciais, muita das vezes as subvertendo pelas relações de classe. Florestan cita que, paulatinamente, os negros foram ocupando os empregos mais

¹ O mito das três raças, segundo Roberto da Matta (1981), consiste no assentamento da ideologia dominante ao postular que as três raças “fundantes” da sociedade brasileira, o indígena, o negro e o branco, caminharam para um processo de harmonização de suas relações à medida que o Brasil “progredisse” como sociedade.

precários, bem como as áreas mais marginalizadas de moradia dos centros urbanos, formando, portanto, as camadas mais pobres da sociedade (Fernandes, 2008).

Nos grandes centros, que já distavam do modo agrário de produção, existia uma dificuldade em situar os negros dentro do mundo do trabalho livre. Florestan ressalta que havia uma preferência por mão de obra imigrante, visto o número avolumado de italianos, japoneses e alemães que chegaram nas regiões sul e sudeste no início do século XX. Dessa forma, a grande massa de trabalhadores que se incorporava no mercado brasileiro pouco absorvia da população negra. Nesse sentido, a tônica da dominação burguesa branca fazia com que o ambiente de competição capitalista pelas oportunidades e chances dentro do mercado assolasse o negro de uma forma particular. Os brancos ainda encontravam relativos graus de mobilidade social/econômica, os negros não.

Diante disso, a composição das instituições refletia o contorno da desigualdade racial. Embora não houvesse uma política segregacionista, a dominação branca reproduzia-se de maneira *sine qua non*, visto a *práxis* dos brancos ocupando posições centrais do ditame social ao mesmo tempo que se marginalizava os negros.

É importante suscitar a importância desse estudo em seu contexto à época. Florestan, junto de parceiros de pesquisa e seu mentor maior, Roger Bastide, incorporou a agenda do Projeto Unesco àquela época. O projeto previa estudar as relações raciais no Brasil, elencando o país tupiniquim como um exemplo a ser seguido mediante seu desenvolvimento e modernização sem encontrar grandes travas no plano racial. É evidente que o estudo, conduzido por antropólogos e sociólogos, enveredou-se para outros lados. Ainda que, inicialmente, alguns pesquisadores contribuíssem com a teoria da harmonia entre as três raças, sendo o principal expoente o sociólogo francês Alfred Metraux, o estudo ganhou uma capilaridade ainda maior ao abordar a cidade de São Paulo conjunto às associações de movimentos militantes dos negros (Maio, 1999), pautando-se por mostrar as tensões e os percalços que existiam nas relações raciais no território nacional. Florestan foi um desses partícipes e, além de corroborar extensivamente com a tese de que o Brasil desenvolveu-se mediante o enraizamento dos preconceitos de cor, colocou em primeiro plano as lógicas econômicas que tornava essa dinâmica intrínseca ao desenvolvimento capitalista. No próximo tópico, abordaremos, então, a continuidade dos estudos identitários explanados em uma de suas obras mais versáteis e que mais se debruçou em conciliar a agenda dos oprimidos com a agenda do capital.

A Revolução Burguesa (1975)

Inicialmente, sua *magnus opus* teve luz de maneira conturbada. Sob a ótica de Freitag (2005) ela estaria dividida entre dois momentos de produção relativos à vida do autor: o primeiro seria no pré-exílio, época em que a autora ressalta sua versatilidade sociológica, incorporando autores clássicos conjunto sua própria interpretação do país. O segundo seria seu momento pós-exílio, momento em que ele retorna ao Brasil, já no processo de distensão “lenta e gradual” da ditadura, e recondiciona sua análise estrutural da sociedade por vias de uma aproximação com o marxismo e um léxico revolucionário. Assim, a obra que se iniciou nos anos 60, teve seu fim apenas na década de 70.

O próprio autor admite as divagações esparsas e as intempéries que rondaram a produção do livro logo na nota explicativa introdutória:

Comecei a escrever este livro em 1966 [...] a primeira parte foi escrita no primeiro semestre daquele ano; e o fragmento da segunda parte, no fim do mesmo ano [...] Graças ao estímulo de vários colegas, no segundo semestre de 1973 retomei os planos iniciais, reformulei-os (adaptando-os aos meus pontos de vista atuais) e iniciarei a redação da terceira parte (Fernandes, 2020, p.21).

Desse modo, em equiparação aos demais intelectuais do campo do pensamento social, o livro concatena uma série de parâmetros interpretativos que já vinham sendo trabalhados em outras obras, vide o próprio *Inserção dos negros na sociedade de classe*, culminando em um ponto fundamental de intersecção de toda sua rede teórica.

Octávio Ianni, parceiro de longa data de Fernandes, o caracteriza como pai da sociologia crítica brasileira, logrando dos méritos por essa obra especificamente (Ianni, 1996). Então, o que *A Revolução Burguesa* trouxe como contribuição central para o cenário dos intérpretes parte de uma premissa simples: entender a formação e conduta da burguesia enquanto uma eminência parda no território brasileiro.

A partir da discussão sobre identidade nacional, Florestan figura as disposições sociais, as quais essa surgente burguesia estava à mercê, da seguinte maneira: as condutas burguesas no território estiveram sempre conectadas a uma subserviência colonial, isto é, o campo de ação da burguesia emergente esteve sempre voltado aos interesses e demandas da colônia. Para Santiago (2018), duas categorias de análise emergem nesse âmbito: a “repetição” e a “diferença”. A periferia repete padrões já assentados no capitalismo central para a reprodução de diversos parâmetros, segundo Fernandes (2020). O que, em consequência, a torna dependente, e não autossuficiente, dentro do processo de aparelhamento ao grande capital como estrutura subserviente no capitalismo global. A ideia de periferia é manuseada por Florestan como uma condicionante imposta pela colônia desde o momento de ruptura institucional da Independência. Para o autor, a única revolução que ocorreu no plano dessa elite burguesa foi no momento da Independência, no qual se propôs um novo paradigma e uma reestruturação dos setores administrativos do Estado. Contudo, a grande questão na emancipação dessa burguesia, seria o modo como a vinculação entre colônia e colonizados se estabeleceria anteriormente. Desse modo, é factual dizer que tal ruptura institucional, “revolucionária”, encarnava a própria contrarrevolução. Daí, deriva-se que a dominação burguesa, por aqui, servia mais para a dominação burguesa dos países desenvolvidos (Fernandes, 2020).

Centralmente, nesse ditame heteronômico, Florestan caracteriza a organização política da burguesia brasileira como autocrática. Nesse intuito, a autocracia burguesa viria a representar o “estilo” conservador dos propósitos e vínculos do braço modernizante do Estado. Em suma, o estilo autoritário seria defendido como “necessário” em meio aos parâmetros democráticos do funcionamento político - e isso paulatinamente consolidaria o *ethos* burguês:

Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’ (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da reforma) (Fernandes, 2020, p.205)

A partir disso, o autor demonstra como a sociedade brasileira foi se estratificando e se pautando em uma redução horizontal de possibilidades de mobilidade, fazendo com que essas

condições permanecessem inerentes ao condicionamento dependente do país. Tomando nota de seus apontamentos para os marginalizados e excluídos do processo de “aburguesamento”, nota-se que o problema do Brasil foi a acomodação do Estado autocrático sobre a permeação da estrutura. Dessa forma, a estrutura social se inchou e se formou diante uma profunda desigualdade social. Em torno dessa dinâmica, Florestan retoma a heteronomia como centralidade do processo “evolutivo” da nação, uma vez que, em meio a modernidade e ao projeto democrático, o próprio Estado reproduzia traços monárquicos coloniais incrustados em suas estruturas – processo esse que o próprio denominou como “monarquia constitucional” (Fernandes, Idem).

Ainda, vale ressaltar que se permeava um horizonte cultural conservador. O patriarcalismo era peça chave na administração da empresa colonial e tal padrão comportamental se reproduziu na historização das classes emergentes. Não apenas isso, mas também, a própria dominação patrimonialista, incutida nos *habitus* de classe, configurou-se como um pilar estruturante para a transferência do inciso colonial ao burguês. Dessa forma, a dominação estatal seguia por um “amansamento” das massas, sendo estas, no processo modernizador da economia industrial, constantemente contidas, fosse por medidas paternalistas ou nacionalistas. Nas palavras do autor, à medida que a sociedade emancipava-se economicamente, sendo inserida no ditame da economia internacional via importação e exportação de bens, a esfera pública se tornava cada vez mais anômica. Assim, por medidas institucionais, a burguesia garantia o domínio do Estado junto das condições de reprodução do mesmo. A centralidade da ação política dos dominantes convergia de maneira indireta na própria gerência dos entes governamentais, sendo a política o único meio organizacional para confluir seus interesses.

Logo, fica evidente como a burguesia centralizou o Estado sob as demandas externas econômicas, uma vez que a modernização brasileira constituiu-se em apenas mais um dos processos de subordinação das práticas sociais do território ao *ethos* colonial

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para o outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista (Fernandes, 2020, p.218).

Então, a contribuição de Fernandes no assentamento da identidade brasileira estaria mais para um diagnóstico das operações por trás das engrenagens sociais do que propriamente um manual prático de características do povo brasileiro. Ao delinear a burguesia como pilar chave de todo o empreendimento capitalista do país, por meio tanto de sua gerência burocrática do Estado como nos substratos de distinção das classes, vide os ex-escravizados e a gigantesca massa de trabalhadores que se amalgamaram rapidamente nos centros urbanos, o autor captou particularidades importantes tanto da superestrutura como da infraestrutura brasileira. Dessa forma, as contribuições para o imaginário social do Brasil são inúmeras e dele podemos retirar algumas breves conclusões que serão desdobradas a seguir.

Conclusão provisória

A princípio, podemos convir que os parâmetros construídos por Florestan, tanto no dilema do negro, quanto no dilema da burguesia, convergem-se para uma heurística da ideia central de identidade nacional brasileira. Se em algum momento pulsou uma força revolucionária em território brasileiro, tal ação possuía como fim a emancipação parcial da mobilidade socioeconômica do país e não as condições socioculturais do povo.

Florestan apontava para um sentido de entender a feitura do povo brasileiro por uma categoria que o próprio denominou como “homem comum” (Botelho, 2010). Assim, seu ineditismo se contornava com o tom assimilativo e próximo das massas que sua disciplina intelectual o impunha. Em um esforço de estudar os seguimentos populares, tendência dos pensadores brasileiros ao longo da década de 50 e 60, o autor trouxe para a análise sociológica uma compreensão astuta da absorção do negro na sociedade, bem como da condição a qual os trabalhadores foram lançados na dinâmica burguesa que se instalou no Brasil. Logo, a identidade passaria necessariamente pela baliza das operações das elites em torno do constructo nacional. O condicionamento de toda a estrutura pavimentada pela operação colonial deixou como legado uma sociedade desigual pautada pelo desequilíbrio estruturante dos estratos sociais, permeando uma lógica serventil de maneira externa e interna.

Portanto, o “homem comum” brasileiro, de acordo com Fernandes, carrega em si traços identitários que resvalam na psique da eterna luta dos dominantes contra os dominados, sobrepondo-se, dessa forma, à recrudescência da modernização a custos da emancipação socioeconômica da majoritária massa precarizada do país. O empreendimento capitalista aumentaria, ao longo das décadas, o tom “mandonista” das oligarquias, excluindo a massa populacional dos processos de tomada de decisão política e os alienando através de um plano cultural conservador reprodutor dos ideários burgueses. A nação jamais foi conduzida como objeto central no capitalismo brasileiro e, dessa maneira, o corpo estruturante nacional se forjou sobre tal plêiade de dilemas que o sociólogo se colocou arduamente, por toda sua vida, a estudar.

Bibliografia

- ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da dialética. Ed Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1992.
- BOTELHO, André Pereira. Passado e futuro das interpretações do país. Tempo social, revista de sociologia da USP, v.22, n.1. São Paulo. 2010.
- DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Ed Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 3ªEd, Globo, São Paulo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. Estudos avançados USP, São Paulo, Brasil, v.19, n.55, 2005.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais; Organização Liv Sovík; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 14

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estudos avançados USP, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 26, 1996.

MAIO, M. C.. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 14(41), 141–158, 1999.

NETTO, Michel Nicolau. Discursos identitários em torno da música popular brasileira. Dissertação (mestrado) – Unicamp, IFCH. Campinas, Sp, 2007.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. São Paulo: Ubu, 2022 [1958].

SANTIAGO, Silviano. A Revolução Burguesa. *Sociol.Antropol.* Rio de Janeiro, v.08.01: 299 – 312, Jan – Abr, 2018.

SOARES, Eliane. Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.